



AGENDA LEGISLATIVA

17 A 21 DE ABRIL DE 2023

CONGRESSO NACIONAL

Terça-feira (18/4)

PLEN - PLENÁRIO / Plenário da Câmara dos Deputados, às 12h00

VET 46/2021 - Veto Parcial aposto ao Projeto de Lei nº 2.108, de 2021 (nº 2.462/1991, na Câmara dos Deputados), que "Acrescenta o Título XII na Parte Especial do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), relativo aos crimes contra o Estado Democrático de Direito; e revoga a Lei nº 7.170, de 14 de dezembro de 1983 (Lei de Segurança Nacional), e dispositivo do Decreto-Lei nº 3.688, de 3 de outubro de 1941 (Lei das Contravenções Penais)". Item nº 1

Autor: Presidência da República

Explicação: dentre os trechos vetados, destaca-se o art. 359-O, que proíbe a divulgação de notícias falsas (comunicação enganosa em massa), que sejam capazes de comprometer a higidez do processo eleitoral.

VET 63/2022 - Veto Parcial aposto ao Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 39, de 2022, que "Altera a Lei nº 14.194, de 20 de agosto de 2021, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e a execução da Lei Orçamentária de 2022". Item nº 17

Explicação: os trechos vetados tratavam de **i**) autorização ao Executivo para utilizar recursos provenientes da reclassificação de programações RP 9 (emendas de relator) para RP 2 despesas primárias discricionárias; e **ii**) procedimentos relativos aos restos a pagar.

Autor: Presidência da República

VET 3/2023 - Veto Parcial aposto ao Projeto de Lei nº 4.513, de 2020, que "Institui a Política Nacional de Educação Digital e altera as Leis nºs 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), 9.448, de 14 de março de 1997, 10.260, de 12 de julho de 2001, e 10.753, de 30 de outubro de 2003". Item nº 22

Explicação: os principais dispositivos vetados dispõem sobre **i**) introdução da educação digital nos currículos do ensino fundamental e do ensino médio; e **ii**) priorização dos programas de imersão de curta duração em técnicas e linguagens computacionais entre os cursos beneficiários do Fies e da definição de livro e equiparados.

Autor: Presidência da República

VET 4/2023 - Veto Parcial aposto ao Projeto de Lei nº 1.422, de 2019, que "Altera as Leis nºs 7.116, de 29 de agosto de 1983, 9.454, de 7 de abril de 1997, 13.444, de 11 de maio de 2017, e 13.460, de 26 de junho de 2017, para adotar número único para os documentos que especifica e para estabelecer o Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) como número suficiente para identificação do cidadão nos bancos de dados de serviços públicos". Item nº 23

Explicação: foram vetados dispositivos que tratam da atualização semestral da base de dados da Receita Federal, do prazo de regulamentação da Lei e da revogação da possibilidade de os entes federativos ou Poder regulamentarem casos excepcionais à apresentação de documento de identificação em que conste o CPF para acesso a serviços públicos.

Autor: Presidência da República

VET 5/2023 - Veto Parcial aposto ao Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 32, de 2022, que "Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2023". Item nº 24

Explicação: dentre os vetos à Lei Orçamentária Anual de 2023, destaca-se o veto de R\$ 4,18 bilhões para o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT), em virtude das alterações promovidas pela Medida Provisória nº 1.136/2022, vigente até 5 de fevereiro de 2023.

Autor: Presidência da República

PLN 1/2023 - Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação e de Operações Oficiais de Crédito, crédito suplementar no valor de R\$ 4.182.427.220,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente. Item nº 27

Explicação: recomposição do FNDCT após a perda de eficácia da Medida Provisória nº 1.136/2022.

Autor: Presidência da República

Relator: Deputada Dilvanda Faro

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Terça-feira (18/4)

GTALDIG - GRUPO DE TRABALHO SOBRE ALTERNATIVAS DIGITAIS DE TRIBUTAÇÃO E DESBUROCRATIZAÇÃO / Anexo II, Plenário 03, 14h00

Audiência Pública – Tema: Transformação digital da administração pública brasileira.

Convidados:

- Barbara Furiati, Head de Políticas Públicas da Associação Brasileira de Startups (Abstartups);
- Cristiana Maria Fortini Pinto e Silva, Presidente do Instituto Brasileiro de Direito Administrativo (IBDA);
- Gustavo Moreira, Presidente da Associação Brasileira de Govtechs (ABGovtechs);
- Hugo Gialanza, Presidente do Brasil Startups;
- Rafael Fassoni, CEO do Estônia Hub.

REQ 9/2023 - Requer a inclusão de convidados ao Requerimento nº 7/2023, que requer a realização de audiências públicas para debater a transformação digital da administração pública brasileira. Item nº 2

Convidados:

- Representante da Fiesp (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo);
- Representante da Firjan (Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro);
- Representante da Abes (Associação Brasileira das Empresas de Software);
- Senhor Leonardo Elias, Vice-Presidente da Câmara Brasileira de Economia Digital.

Autor: Julio Lopes PP/RJ

GTSTN - GRUPO DE TRABALHO SOBRE O SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL (PEC 45/19) / Anexo II, Plenário 02, 14h30

Audiência Pública – Tema: Perspectiva distributiva: aspectos sociais, gênero, raça, cashback.

Convidados:

- Luana Passos de Souza, Doutora em Economia e Professora da Universidade Federal do Oeste da Bahia (UFOB);
- Tatiana Dias Silva, Doutora em Administração e Pesquisadora do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA);
- Tathiane Piscitelli, doutora em Direito, Professora e Coordenadora do Núcleo de Direito Tributário da Fundação Getúlio Vargas (FGV Direito SP);
- Renata Mendes, Mestre em Ciência Política, Diretora e Cofundadora do Movimento "Pra Ser Justo";
- Luíza Machado Menezes, pesquisadora, advogada e integrante do Grupo de Estudo sobre Tributação e Gênero do Mestrado Profissional da Fundação Getulio Vargas (FGV Direito SP);
- Daniela Olimpio de Oliveira, doutora em Direito e Sociologia, Pesquisadora de Justiça Tributária e Professora de Direito Tributário, Finanças Públicas e História Econômica;
- Evanilda Nascimento de Godoi Bustamante, doutora em Direito e Justiça e Professora do Departamento de Direito da Universidade Federal de Viçosa (UFV);
- Lise Tupiassu Merlin, pós-Doutora no Centro de Investimento Sustentável da Universidade de Columbia, Professora da Universidade Federal do Pará (UFPA) e Procuradora Federal;
- Omara Oliveira de Gusmão, mestre em Direito, Procuradora da Fazenda Nacional e Secretária-Geral da Ordem dos Advogados do Brasil do Amazonas (OAB/AM);
- Raquel Elita Alves Preto, Doutora em Direito Tributário, Advogada, Professora Universitária e Cofundadora do Women in Tax Brazil (WIT Brazil);
- Eliane Barbosa da Conceição, Pesquisadora do Centro de Estudo em Administração Pública e Governo da FGV-SP CEAPG, Professora na Universidade da Integração internacional da Lusofonia Afro-Brasileira;
- Liziane Angelotti Meira, Doutora em Direito Tributário, Professora da Fundação Getúlio Vargas - FGV e Conselheira do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF);
- Maria Cristina Mac Dowell, Doutora em Economia e Especialista Líder Fiscal do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID);

- Jefferson Nascimento, Doutor em Direito Internacional e Coordenador de Pesquisa e Justiça Social e Econômica da Oxfam Brasil;
- Giovanni Padilha, Auditor Fiscal da Receita Estadual na Secretaria da Fazenda do Estado do Rio Grande do Sul; e
- Rodrigo Octávio Orair, Mestre em Teoria Econômica, Pesquisador Associado ao International Policy Centre for Inclusive Growth (IPC-IG) e Diretor de Programa da Secretaria Extraordinária da Reforma Tributária.

REQ 74/2023 - Requer a realização de audiência pública, no âmbito do Grupo de Trabalho da Reforma Tributária, com o objetivo de debater a Reforma Tributária na perspectiva de gênero e raça. Item nº 1

Convidados:

- Daniela Olimpio de Oliveira - Doutora em Direito. Atualmente pesquisadora, pós-doutoranda USP e professora no programa de história econômica, com pesquisa sobre tributação e raça.
- Evanilda Nascimento de Godoi Bustamante - Doutora em Direito pela Universidade Federal de Minas Gerais-UFMG, Mestre em Direito pela Universidad de Castilla-La Mancha-UCLM. Professora do Departamento de Direito da Universidade Federal de Viçosa-UFV.
- Lise Tupiassu Merlin - Pós-doutora pela Columbia University. Doutora em Direito Público pela Université Toulouse 1 - Capitole. Mestre em Direito Tributário pela Université Paris I - Panthéon-Sorbonne. Mestre em Instituições jurídico-políticas pela Universidade Federal do Pará. Professora da Universidade Federal do Pará (UFPA) e do Centro Universitário do Estado do Pará (Cesupa) e Procuradora Federal.
- Omara Oliveira de Gusmão - advogada, Mestre em Direito UFPE. Procuradora da Fazenda Nacional aposentada, Secretária-Geral da OAB AM e Vice-Presidente da Comissão Permanente da Mulher Advogada da OAB AM.
- Raquel Elita Alves Preto - Doutora em Direito Tributário pela USP. Advogada. Membro da Comissão Nacional de Direito Tributário do Conselho Federal da OAB.

Autor: Tabata Amaral PSB/SP

REQ 75/2023 - Solicita a inclusão de representante da Associação Brasileira dos Fabricantes de Embalagens de Aço (Abeaço) em audiência pública com o Grupo de Trabalho da reforma tributária no tema sobre economia verde. Item nº 2

Autor: Reginaldo Lopes PT/MG

REQ 76/2023 - Requer a realização de Audiência Pública com a Associação Brasileira de Telesserviços – ABT com o intuito de discutir e esclarecer os impactos da reforma tributária aplicadas ao setor de Call Center, Contact Center e relacionamento com os consumidores. Item nº 3

Autor: Reginaldo Lopes PT/MG

REQ 82/2023 - Solicita a inclusão de convidado representante do Inesfa – Instituto Nacional da Reciclagem na audiência pública com o Grupo de Trabalho da reforma tributária no tema economia verde e digital. Item nº 9

Autor: Saullo Vianna UNIÃO/AM

CCJC - COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA / Anexo II, Plenário 01, 14h30

PLP 462/2017 - Cria o Inova Simples, procedimento de apoio à inovação das empresas simples de inovação. Item nº 6

Autor: Otavio Leite PSDB/RJ

Explicação: trata de um regime especial simplificado que concede às iniciativas empresariais de caráter incremental e/ou disruptivo, que se autodeclarem como Startups ou empresa de inovação

Relator: deputado Gilson Marques - NOVO/SC

Parecer: pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa deste, na forma do Substitutivo da Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços, que saneia a injuridicidade do projeto, com Subemenda Substitutiva.

PL 1932/2021 - Altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, para determinar que o abastecimento de medicamentos e de produtos para a saúde nos entes da federação será controlado por meio de sistema integrado de acompanhamento em tempo real do consumo e do estoque. Item nº 10

Autor: Senado Federal - Jayme Campos DEM/MT

Relator: Laura Carneiro - PSD/RJ

Parecer: pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, com emenda de redação.

PEC 316/2017 - Dá nova redação aos arts. 109 e 114 da Constituição Federal, para incluir na competência da Justiça do Trabalho as ações previdenciárias decorrentes da relação de trabalho. Item nº 12

Autor: Paulo Magalhães PSD/BA

Relator: Rubens Pereira Júnior - PT/MA

Parecer: pela admissibilidade.

PL 379/2007 - Dá nova redação aos arts. 317 e 333 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), ao art. 84 do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal), ao art. 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, que "dispõe sobre os crimes hediondos, nos termos do art. 5º, inciso XLIII, da Constituição Federal, e determina outras providências", e ao art. 12 da Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992, que trata dos atos de improbidade. Explicação: Agrava a pena para o agente que pratica crime de corrupção ativa e passiva, trazendo prejuízo a órgãos encarregados da saúde, educação, alimentação, medicamentos, saneamento básico, abastecimento de água e controle de resíduos sólidos; tipifica tais corrupções como crime hediondo; aumenta a penalidade para prática de atos de improbidade. Item nº 14

Autor: Paulo Rubem Santiago PT/PE

Relator: Diego Garcia - REP/PR

Parecer: pela constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação deste e dos Projetos de Lei nºs 2.278/2019, 2.506/2011 e 1572/2015, apensados, e das Emendas nºs 1 e 2 da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público, com substitutivo.

PL 4503/2019 - Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal e o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 - Código do Processo Penal, para dispor sobre proibição temporária de uso ou acesso à rede mundial de computadores ou conexão semelhante nos crimes cometidos por esse meio, e dá outras providências. Item nº 16

Autor: Mário Heringer PDT/MG

Relator: Delegado Marcelo Freitas - UNIÃO/MG

Parecer: pela constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação, com emenda.

PL 1453/2019 - Altera a Lei nº 11.107, de 6 de abril de 2005, para determinar que a alteração de contrato de consórcio público dependerá de ratificação mediante leis aprovadas pela maioria dos entes federativos consorciados. Item nº 28

Autor: Senado Federal - Jorginho Mello PL/SC

Relator: deputado Carlos Veras - PT/PE

Parecer: pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

PL 4416/2021 - Altera a Medida Provisória nº 2.199-14, de 24 de agosto de 2001, para fixar novo prazo para a aprovação de projetos beneficiados com incentivos fiscais de redução e reinvestimento do imposto sobre a renda e adicionais nas áreas de atuação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) e da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam). Item nº 30

Autor: Júlio Cesar PSD/PI

Explicação: determina que a partir do ano-calendário de 2000, as pessoas jurídicas que tenham projeto protocolizado e aprovado até 31 de dezembro de 2028 para instalação, ampliação, modernização ou diversificação, enquadrado em setores da economia considerados, em ato do Poder Executivo, prioritários para o desenvolvimento regional, nas áreas de atuação da Sudene e da Sudam, terão direito à redução de 75% do imposto sobre a renda e adicionais calculados com base no lucro da exploração.

Relator: deputado Eduardo Bismarck - PDT/CE

Parecer: pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

CICS – COMISSÃO DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS / Anexo II, Plenário nº 05, após a reunião deliberativa

Audiência Pública – Tema: Inovação e domínio tecnológico da nova política industrial brasileira.

Convidados:

- Maurício Neves, Chefe de Departamento de Inovação e Estratégia Industrial do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES);
- Marina Szapiro, Professora do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IE, UFRJ);
- Augusto Gadelha Vieira, presidente do Centro Nacional e Tecnologia Eletrônica Avançada (Ceitec);
- Fábio Pintchovski, Consultor Técnico e Especialista em Semicondutores; e
- Jamile Sabatini Marques, Diretora de Inovação e Fomento da Associação Brasileira das Empresas de Software (Abes).

Quarta-feira (19/4)

CE - COMISSÃO DE EDUCAÇÃO / Anexo II, Plenário 10, 09h30

REQ 23/2023 - Requer a constituição de Subcomissão Especial para acompanhar, monitorar e propor medidas que contribuam para a qualidade da Educação Superior, Educação Técnica e Tecnológica no âmbito da Comissão de Educação. Item nº 6

Autor: Ricardo Ayres REP/TO

REQ 67/2023 - Requer a realização de Mesa Redonda no Estado de São Paulo, para discutir acerca do PL 942/2022, que Institui o Programa de Qualificação Acadêmica em Cirurgia Robótica. Item nº 28

Convidado:

- Dr. Vinicius de Meldau Benites;
- Dr. José Carlos Garcia Júnior;
- Dr. Fabrizio Messetti;
- Dr. João Pádua Manzano; e
- Dr. Mariano Tamura.

Autor: Delegado Paulo Bilynskyj PL/SP

PL 2410/2021 - Cria o Fundo de Aquisição de Livros para Instituições Públicas de Ensino Superior - Funalivros. Item nº 40

Autor: Eduardo Bismarck PDT/CE

Explicação: O fundo destina recursos para financiar compras de livros físicos, bem como a aquisição e manutenção de plataformas de acervo de livros virtuais ou digitais para todas as áreas e níveis de formação acadêmica e de aperfeiçoamento do quadro de docentes e servidores das instituições.

Relator: deputado Lídice da Mata - PSB/BA

Parecer: pela aprovação, com emenda.

CDE - COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO / Anexo II, Plenário 05, 9h30

Reunião – Finalidade: Eleição dos vice-presidentes e deliberação de propostas.

REQ 4/2023 - Requer a realização de audiência pública para que o Senhor Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, Senhor Geraldo José Rodrigues Alckmin Filho, seja convidado a relatar sobre as ações, bases de planejamento, diretrizes, estratégias e planos nacionais, regionais e setoriais, que o ministério pretende empreender, para impulsionar o desenvolvimento da atividade econômica nacional. Item nº 1

Autor: Antônia Lúcia REP/AC

REQ 5/2023 - Requer seja realizada audiência pública, em conjunto com a Comissão de Ciência, Tecnologia e Inovação, a fim de discutir a importância do desenvolvimento da indústria de semicondutores no Brasil e seus diversos impactos para o setor produtivo, bem como perspectivas setoriais após a renovação do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Indústria de Semicondutores – PADIS, estabelecido pela Lei no 11.484, de 31 de maio de 2007 (e alterações posteriores). Item nº 2

Convidados:

- Representante do Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação;
- Representante do Ministério de Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços;
- Representante da Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica – Abinee;
- Representante da Associação Brasileira da Indústria de Semicondutores – Abisemi;
- Representante da Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores – Anfavea;
- Representante do Sindicato Nacional da Indústria de Componentes para Veículos Automotores – Sindipeças;
- Marcelo Zuffo – Professor do Departamento de Engenharia de Sistemas Eletrônicos da Poli/USP.

Autor: Vitor Lippi PSDB/SP

PLP 52/2022 - Altera a lei complementar 147 de 7 de agosto de 2014. Item nº 3

Autor: Julio Cesar Ribeiro REP/DF

Explicação: altera a lei complementar para acrescentar um membro da Confederação Nacional das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – Comicro e um membro da Confederação Nacional das Micro e Pequenas Empresas e dos Empreendedores Individuais – Conampe passam a constar como Confederações representativas no Conselho Deliberativo do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – Sebrae.

Relator: Antônia Lúcia - REP/AC

Parecer: pela aprovação.

PLP 148/2022 - Altera a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, para flexibilizar os critérios de recolhimentos em atraso dos débitos tributários apurados no Simples Nacional. Item nº 4

Autor: Julio Cesar Ribeiro REP/DF

Relator: Augusto Coutinho - REP/PE

Parecer: pela aprovação.

CCTI – COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO/ Anexo II, Plenário nº 13, às 10h

Audiência Pública – Tema: Plano de ações, políticas e prioridades em Ciência e Tecnologia.

Convidado:

- Luciana Santos, ministra da Ciência, Tecnologia e Inovação.

CDC - COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR / Anexo II, Plenário 08, 10h30

REQ 16/2023 - Requer a inclusão dos representantes das entidades Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor - IDEC e Coalizão Direitos na Rede – CDR como palestrantes, no Requerimento 11/2023. Item nº 3

Explicação: a Audiência debaterá a qualidade do serviço de internet ofertado no País; a adequação dos preços destes serviços, a abrangência da oferta, especialmente, as zonas de exclusão e as medidas para diminuir essa discrepância; e o andamento das medidas para ampliar a oferta da modalidade 5G

Autor: Paulão PT/AL

SUBRETRI - SUBCOMISSÃO ESPECIAL DA REFORMA TRIBUTÁRIA / Anexo II, Plenário 04, 10h00

Reunião – Finalidade: Apresentação do plano de trabalho

CMULHER - COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA MULHER / Anexo II, Plenário 14, 13h30

REQ 23/2023 - Requer a realização de audiência pública para debater sobre a proposta de ratificação da Convenção 190 da Organização Internacional do Trabalho (OIT). Item nº 7

Explicação: A Convenção 190 é o primeiro tratado internacional a reconhecer o direito de todas as pessoas a um mundo de trabalho livre de violência e assédio.

Convidados:

- Representante do Ministério do Trabalho e Emprego;
- Representante do Ministério das Mulheres;
- Representante da Organização Internacional do Trabalho (OIT);
- Representante do Fórum das Mulheres;
- Representante da ISP (Internacional dos Serviços Públicos); e
- Representante da Fundação Friedrich Ebert.

Autor: Juliana Cardoso PT/SP

PL 840/2021 (nº anterior: PLS 398/2018) - Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), e a Lei nº 10.973, de 2 de dezembro de 2004, que “dispõe sobre incentivos à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo”, para dispor sobre estímulo à participação feminina nas áreas de ciência, tecnologia, engenharia, matemática, química, física e tecnologia da informação e mitigação de barreiras contra mulheres nessas áreas, bem como para prorrogar o prazo máximo para conclusão de cursos e programas de educação superior nos casos de maternidade e de adoção. Item nº 10

Autor: Senado Federal

Explicação: concede, nos casos de maternidade e de adoção, 180 dias adicionais para a conclusão de cursos e programas de educação superior. Também estabelece, como princípios da lei que trata incentivos à inovação e à pesquisa científica e tecnológica: (i) o estímulo à participação da mulher; e (ii) o estímulo ao empreendedorismo feminino.

Relator: Laura Carneiro - PSD/RJ

Parecer: pela aprovação do Projeto de Lei 840/2021 e do PL 2877/2022, apensado, com Substitutivo.

CLP - COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA / Anexo II, Plenário 03, 13h30

REQ 17/2023 - Requer a realização de Audiência Pública para debater o uso saudável das tecnologias digitais. Item nº 1

Convidados:

- Dr. Cristiano Nabuco – Psicólogo e PhD em Psicologia Clínica de Dependências Tecnológicas – Coordenador do Grupo de Dependências Tecnológicas do Instituto de Psiquiatria da Faculdade de Medicina da USP;
- Dra. Angela Vidal Gandra da Silva Martins – Jurista e advogada, e 1ª Secretária Nacional da Família do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos;
- Saulo de Omena Michiles – Comissão de Direito Digital, Tecnologias Disruptivas e Startups – OAB-DF;
- Francisco Carlos Costa – Diretor de Relações Públicas e sociais da Escola de Pais do Brasil – Aplicador do Projeto Reconecte em Anápolis – GO;
- Dra. Débora dos Santos – PhD em Psicologia e tratamento de dependentes em tecnologias digitais.

Autor: Prof. Paulo Fernando REPUBLIC/DF

CCOM - COMISSÃO DE COMUNICAÇÃO / Anexo II, Plenário 11, 14h00

REQ 19/2023 - Requer a convocação do Excelentíssimo Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública, Sr. Flávio Dino, para prestar esclarecimentos sobre as ações adotadas pela sua pasta no que tange à agenda de combate à desinformação e regulamentação da internet, em especial em relação à minuta de texto do Poder Executivo para o PL nº 2630/2020, em discussão nesta Casa. Item nº 2

Autor: Filipe Barros PL/PR

REQ 20/2023 - Requer a convocação do Excelentíssimo Ministro-Chefe da Secretaria Especial de Comunicação Social (Secom) da Presidência da República, Sr. Paulo Pimenta, para prestar esclarecimentos sobre as ações adotadas no âmbito da Secretaria de Comunicação Social no que tange à agenda de combate à desinformação, em especial em relação à campanha “Brasil Contra Fake” e à minuta de texto do Poder Executivo para o PL nº 2630/2020, em discussão nesta Casa. Item nº 3

Autor: Filipe Barros PL/PR

REQ 21/2023 - Requer a realização de Audiência Pública para discutir o papel das redes sociais no combate à violência nas escolas. Item nº 4

Autor: Rodrigo Valadares UNIÃO/SE

REQ 22/2023 - Requer que seja realizada a audiência pública na Comissão de Comunicação para debater sobre o uso da internet como ambiente de propagação e planejamento de ataque e outras ações violentas, sobretudo nas escolas. Item nº 5

Autor: David Soares UNIÃO/SP

GTSN – GRUPO DE TRABALHO SOBRE O SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL (PEC 45/19) / Anexo II, Plenário nº 02, às 14h30

Audiência Pública – Tema: Perspectiva distributiva - Empregabilidade.

Convidados:

- Joana Simões de Melo Costa, Doutora em Economia e Técnica de Planejamento e Pesquisa do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA);
- Sérgio Nobre, Presidente Nacional da Central Única dos Trabalhadores (CUT);
- Miguel Eduardo Torres, Presidente da Força Sindical;
- Ricardo Patah, Presidente da União Geral dos Trabalhadores (UGT);
- Adilson Gonçalves de Araújo, Presidente Nacional da Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB);
- Moacyr Roberto Tesch Auersvald, Presidente Interino da Nova Central Sindical dos Trabalhadores (NCST);
- Antonio Fernando dos Santos Neto, Presidente da Central dos Sindicatos Brasileiros (CSB);
- José Gozze, Presidente da Pública Central do Servidor;
- Emanuel Melato, Coordenador da Intersindical Instrumento de Luta e Organização da Classe Trabalhadora;
- Luiz Carlos Prates, Membro da Secretaria Executiva Nacional da Central Sindical e Popular (CSP-Conlutas);
- Mauro Silva, Presidente da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil - Unafisco Nacional;
- Mônica Mora Y Araujo de Couto e Silva Pessoa, Doutora em economia, Professora e Economista do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA);
- Luiza Nassif Pires, Ph.D. em Economia e Diretora do Centro de Pesquisas em Macroeconomia das Desigualdades (Made) da Faculdade de Administração, Economia e Contabilidade da Universidade de São Paulo (FEA/USP).

CPASF – COMISSÃO DE PREVIDÊNCIA, ASSISTÊNCIA SOCIAL, INFÂNCIA, ADOLESCÊNCIA E FAMÍLIA / Anexo II, Plenário nº 07, às 16h

Audiência Pública – Tema: Aumento dos atos de violência em escolas e creches no Brasil.

Convidados:

- Representante do Ministério da Educação;
- Representante do Ministério da Justiça e de Segurança Pública;
- Representante do Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania;
- Luiz Miguel Martins Garcia, Presidente da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime);
- Daniel Cara, Professor da Faculdade, de Educação da Universidade de São Paulo, um dos coordenadores do GT de Educação do Gabinete de Transição Governamental;
- Catarina de Almeida, Professora Associada da Faculdade de Educação da UnB, uma das coordenadoras da Rede Nacional de Pesquisa sobre Militarização da Educação;

- Letícia Oliveira, Especialista em monitoramento online de agrupamentos de extrema-direita;
- Rogério Diniz Junqueira, Pesquisador do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP/MEC).

SENADO FEDERAL

Terça-feira (18/4)

CE - COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE / Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15, 10h00

MSF 10/2021 - Solicita, nos termos do art. 52, incisos V, VII e VIII da Constituição, a contratação de operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil no valor de até US\$ 750.000.000,00 (setecentos e cinquenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América), entre o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES e o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, cujos recursos destinam-se ao financiamento do "Programa Global de Crédito Emergencial BID-BNDES de Financiamento às MPMEs para a Defesa do Setor Produtivo e o Emprego". Item nº 4

Autor: Presidência da República

Relator: Senador Eduardo Gomes - PL/TO

Parecer: pela aprovação

MSF 40/2021 - Solicita, nos termos do art. 52, incisos V e VII, da Constituição, a contratação de operação de crédito externo no valor de até USD 1.000.000.000,00 (um bilhão de dólares dos Estados Unidos da América), entre a República Federativa do Brasil e o New Development Bank - NDB, cujos recursos destinam-se ao financiamento parcial do "Programa Emergencial de Acesso a Crédito - FGI". Item nº 5

Autor: Presidência da República

Relator: Senador Omar Aziz - PSD/AM

Parecer: pela aprovação

PL 196/2020 - Altera a Lei nº 11.107, de 6 de abril de 2005, que dispõe sobre normas gerais de contratação de consórcios públicos, a Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, que institui o Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO), o Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) e o Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO), a Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área de saúde, e a Lei nº 9.972, de 25 de maio de 2000, que institui a classificação de produtos vegetais, subprodutos e resíduos de valor econômico. Item nº 7

Autor: Câmara dos Deputados

Relator: Senador Eduardo Gomes - PL/TO

Parecer: favorável ao projeto, com a emenda de redação que apresenta, e contrário às emendas nºs 2, 3, 4 e 6-PLEN.

PL 3596/2019 - Altera a Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, com redação dada pela Lei nº 12.513, de 26 de outubro de 2011, para incluir as despesas com cursos de graduação e pós-graduação no rol das isenções das contribuições previdenciárias das empresas. Item nº 9

Explicação: Estabelece que não integra o salário-de-contribuição o valor relativo a plano educacional, ou bolsa de estudo, que vise à educação superior de empregados

Autor: Senador Wellington Fagundes - PL/MT

Relator: Senador Alessandro Vieira - PSDB/SE

Parecer: pela aprovação da matéria e da Emenda nº 1-CAS.

Quarta-feira (19/4)

CSP – COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA / Anexo II, Plenário nº 15, às 10h

Audiência Pública – Tema: Debater os violentos ataques a escolas no Brasil, as possíveis causas e buscar sugestões legislativas ou mudanças na atuação de agentes públicos e privados visando a prevenção a tais ataques.

Convidados:

- Ricardo Cappelli, secretário-Executivo do Ministério da Justiça e Segurança Pública;
- Guilherme Derrite, secretário de Segurança do Estado de São Paulo;
- Aurélio José Pelozato da Rosa, comandante Geral da PM/SC - SSP/SC;
- Pedro Paulo Gastalho de Bicalho, presidente do Conselho Federal de Psicologia;

- Flávio Lara Resende, presidente da Associação Brasileira das Emissoras de Rádio e Televisão (Abert);
- Marcelo Antônio Rech, presidente Executivo da Associação Nacional de Jornais (ANJ);
- Murillo Laranjeira, diretor de Políticas Públicas da Meta no Brasil;
- Campos Thomaz & Meirelles Advogados, Representante jurídico do Telegram no Brasil;
- Fábio Coelho, presidente Google-Brasil;
- Zara Figueiredo, secretária de Educação Continuada, Alfabetização de Jovens e Adultos, Diversidade e Inclusão do Ministério da Educação;
- Heleno Manoel Gomes de Araújo Filho, presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação;
- Catarina de Almeida Santos, professora Associada da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília;
- Sammy Barbosa Lopes, procurador de Justiça do Ministério Público do Estado do Acre.

Quinta-feira (20/4)

CRE - COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL / Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, 10h00

REQ 10/2023 - Requer, nos termos do art. 96-B do Regimento Interno, a avaliação da política brasileira de exploração da área espacial, no exercício de 2023 Item nº 8

Autor: Senador Esperidião Amin - PP/SC

REQ 12/2023 - Requer, nos termos do art. 96-B do Regimento Interno, a avaliação da Política de Defesa Cibernética brasileira, no exercício de 2023. Item nº 10

Autor: Senador Esperidião Amin - PP/SC